

EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA EXTENSÃO RURAL

ABDIANNE DE MACEDO CAVALCANTI
ELIAS MOURA REIS



Abdianne de Macedo Cavalcanti
Elias Moura Reis

Diagramação e finalização

Abdianne de Macedo Cavalcanti

Capa e ilustrações

Recursos do Canva.com



Sumário

—	Apresentação.....	3
01	— O que é Educação Ambiental?.....	4
02	— Educação Ambiental não formal.....	8
03	— Mas afinal, o que tem a ver Educação Ambiental e Extensão Rural?.....	12
04	— Educação Ambiental e Extensão Rural.....	13
05	— Educação Ambiental na ação extensionista.....	15
06	— Metodologias Participativas como ferramentas de Educação Ambiental na Extensão Rural.....	16
—	Referências.....	26



Apresentação

Os extensionistas rurais, embora não exerçam a função de professores, atuam ativamente em contextos educativos não formal, e fazem parte de um processo de aprendizagem social. Embora não exista uma sala de aula, o extensionista tem em suas ações uma intencionalidade educativa, e a sua intervenção profissional deve levar os grupos, comunidades, as famílias, os agricultores e todos os beneficiários da ATER a uma educação ambiental que não se limita apenas as escolas, ou seja, aos processos formais de ensino. Através da extensão rural é possível ampliar o alcance da educação ambiental de forma efetiva e participativa. Cabe aos extensionistas serem os mediadores, dialogando com os agricultores, articulando com os diversos saberes dos povos do campo, consolidando experiências, trazendo reflexões, metodologias participativas e promover a formação de atitudes diante da crise socioambiental, de forma que seja possível desenvolver e produzir de forma socialmente justa, economicamente viável e ambientalmente sustentável, com o mínimo possível de impacto ambiental.




1. O que é Educação Ambiental ?

Sabemos que a educação é um dos elementos fundamentais da transformação. Não só a educação escolar, mas também a educação no seu sentido amplo.

A palavra educar deriva da palavra latina educare, que significa “revelar o que está dentro”, deixar florescer as habilidades e potencialidades, tornando explícito os poderes inatos do homem.

A educação é um instrumento específico do ser humano por ser o mesmo provido de racionalidade. Pode-se dizer que a educação é um processo pelo qual são transmitidos aos indivíduos os conhecimentos e atitudes necessários para que ele tenha condições de se integrar à sociedade. É através da educação que esses indivíduos irão sobreviver numa sociedade que transformou radicalmente as suas condições naturais de vida.



Art.1º Entendem-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade (BRASIL, 1999).



“

A educação ambiental deve ser contínua, permanente, interdisciplinar, devendo ser considerado o ambiente como todo, considerando as diferenças regionais, promovendo a cooperação a nível local, nacional e internacional na solução dos problemas ambientais, examinando as principais questões ambientais sob uma perspectiva mundial.

Partindo desse pressuposto e diante dos problemas ambientais que vemos a cada dia, a educação ambiental permite que o indivíduo e a coletividade adquiram novos conhecimentos, despertem valores e interesses, executem novas atitudes em relação ao meio ambiente e uso consciente dos recursos naturais, a educação ambiental vem como um instrumento fundamental para uma possível mudança de comportamento frente aos modelos de degradação ambiental vigente.



Principais eventos em Educação Ambiental

A CONFERÊNCIA DE BELGRADO (1975)
A CONFERÊNCIA DE TBILISI (1977)
SEMINÁRIO SOBRE EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA AMÉRICA LATINA (COSTA RICA, 1979)
O CONGRESSO INTERNACIONAL SOBRE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO AMBIENTAIS (MOSCOU, 1987)
SEMINÁRIO LATINO-AMERICANO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL (ARGENTINA, 1988)
ENCONTRO NACIONAL POLÍTICAS E METODOLOGIAS PARA EDUCAÇÃO AMBIENTAL (BRASÍLIA, 1991)
ENCONTRO TÉCNICO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL DA REGIÃO NORTE (MANAUS, 1992)
ENCONTRO TÉCNICO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL DA REGIÃO NORDESTE (NATAL, 1992)
ENCONTRO TÉCNICO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL DA REGIÃO CENTRO-OESTE (
ENCONTRO TÉCNICO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL DA REGIÃO SUDESTE
ENCONTRO TÉCNICO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL DA REGIÃO SUL
A RIO-92
I ENCONTRO NACIONAL DOS CENTROS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL (FOZ DO IGUAÇU, 1992)
I CONFERÊNCIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL (BRASÍLIA, 1997)
UMA ESTRATÉGIA PARA O FUTURO DA VIDA (UICN, PNUMA, WWF, 1991)
TRATADO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA SOCIEDADES SUSTENTÁVEIS E RESPONSABILIDADE GLOBAL (1992)
A CONFERÊNCIA DE THESSALONIKI (TESSALÔNICA, GRÉCIA, 1998)



Objetivos da Educação Ambiental

Os objetivos da educação ambiental presentes na Carta de Belgrado são os seguintes:

- 1-CONSCIÊNCIA: ajudar grupos sociais e indivíduos a adquirirem uma consciência do meio ambiente global, sensibilizando-os para estas questões.
- 2- CONHECIMENTO: ajudar grupos sociais e indivíduos a adquirirem experiências diversas e uma compreensão fundamental do meio e problemas afins.
- 3- COMPORTAMENTO: ajudar grupos sociais e indivíduos a criarem interesse e preocupação em relação ao meio ambiente, motivando-os de tal maneira que venham a participar ativamente da sua melhoria e proteção.
- 4- HABILIDADES: ajudar grupos sociais e indivíduos a adquirirem as aptidões necessárias para determinar e resolver problemas ambientais.
- 5-PARTICIPAÇÃO: proporcionar aos grupos sociais e indivíduos a possibilidade de participarem ativamente de tarefas voltadas para solução de problemas ambientais.



2- Educação Ambiental não formal

A relação entre humanidade e natureza requer mudanças, para o enfrentamento dos problemas ambientais e perpassa por uma educação ambiental formal/não formal/informal. A Lei 9.795 de 27 de abril de 1999, que institui sobre a Política Nacional de Educação Ambiental em seu artigo 2º nos diz sobre a importância da Educação Ambiental em caráter formal e não formal:

Art. 2º A educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não formal.



“A educação não formal é uma estratégia importante para uma reintegração do ser humano ao ambiente, despertando sujeitos cidadãos, com consciência planetária, para intervir nas questões socioambientais” (MARINHO E GONÇALVES,2020,p.10).

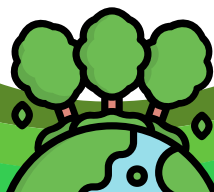
A educação ambiental não formal tem ações e práticas voltadas para a conscientização sobre as questões ambientais e a participação efetiva em defesa do meio ambiente, ou seja, é uma educação que não se restringe ao ambiente escolar, mas que deve envolver a todos em seu processo educativo, integrando escola, comunidade, governo, empresas, todos que dependem dos recursos naturais para viver.

“

Segundo o Artigo 13, da Lei n.º 9.795, que dispõe sobre a Política Nacional de Educação Ambiental:

“entendem-se por Educação Ambiental não-formal as ações e práticas educativas voltadas à sensibilização da coletividade sobre as questões ambientais e à sua organização e participação na defesa da qualidade do meio ambiente.”

”



Política Nacional de Educação Ambiental

(Lei nº 9.795/99)

Art. 4º São princípios básicos da educação ambiental:

- I - o enfoque humanista, holístico, democrático e participativo;**
- II - a concepção do meio ambiente em sua totalidade, considerando a interdependência entre o meio natural, o sócio-econômico e o cultural, sob o enfoque da sustentabilidade;**
- III - o pluralismo de idéias e concepções pedagógicas, na perspectiva da inter, multi e transdisciplinaridade;**
- IV - a vinculação entre a ética, a educação, o trabalho e as práticas sociais;**
- V - a garantia de continuidade e permanência do processo educativo;**
- VI - a permanente avaliação crítica do processo educativo;**
- VII - a abordagem articulada das questões ambientais locais, regionais, nacionais e globais;**
- VIII - o reconhecimento e o respeito à pluralidade e à diversidade individual e cultural.**



Art. 5º São objetivos fundamentais da educação ambiental

I - o desenvolvimento de uma compreensão integrada do meio ambiente em suas múltiplas e complexas relações, envolvendo aspectos ecológicos, psicológicos, legais, políticos, sociais, econômicos, científicos, culturais e éticos;

II - a garantia de democratização das informações ambientais;

III - o estímulo e o fortalecimento de uma consciência crítica sobre a problemática ambiental e social;

IV- o incentivo à participação individual e coletiva, permanente e responsável, na preservação do equilíbrio do meio ambiente, entendendo-se a defesa da qualidade ambiental como um valor inseparável do exercício da cidadania;

V - o estímulo à cooperação entre as diversas regiões do País, em níveis micro e macrorregionais, com vistas à construção de uma sociedade ambientalmente equilibrada, fundada nos princípios da liberdade, igualdade, solidariedade, democracia, justiça social, responsabilidade e sustentabilidade;

VI - o fomento e o fortalecimento da integração com a ciência e a tecnologia;

VII - o fortalecimento da cidadania, autodeterminação dos povos e solidariedade como fundamentos para o futuro da humanidade.



3. Mas afinal, o que tem a ver Educação Ambiental e Extensão Rural?

Em 2010 foi aprovada pelo Congresso Nacional e sancionada pelo Presidente da República a Lei 12.188, de 11 de janeiro de 2010, também conhecida como Lei de ATER. No que se refere a definição de ATER, a Lei estabelece no seu art.2º que

“

Para os fins desta Lei, entende-se por:

I - Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER: serviço de educação não formal, de caráter continuado, no meio rural, que promove processos de gestão, produção, beneficiamento e comercialização das atividades e dos serviços agropecuários e não agropecuários, inclusive das atividades agroextrativistas, florestais e artesanais;

”

Então, a extensão rural é um processo educativo não formal e como está disposto na Política Nacional de Educação Ambiental no art.2º a educação ambiental deve estar presente de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal ou não formal. Sendo assim, a educação ambiental deve estar presente de forma articulada na extensão rural.



4.Educação Ambiental e Extensão Rural

A perspectiva ambiental oferece instrumentos para que se possa compreender problemas que afetam a vida, a comunidade, o país e o planeta. Muitas das questões políticas, econômicas e sociais são permeadas por elementos diretamente ligados à questão ambiental. Nesse sentido, a ação extensionista deve se organizar de forma a proporcionar oportunidades para que o agricultor possa utilizar o conhecimento sobre Meio Ambiente a fim de compreender a sua realidade e atuar sobre ela.

Uma vez identificada a entrada da Educação Ambiental como parte dos processos de transição ambiental e suas inúmeras interfaces com diferentes campos de ação da extensão rural, cabe abrir um debate sobre as modalidades desta prática educativa, suas orientações pedagógicas e suas consequências como mediação apropriada para o projeto de mudança social e ambiental no qual esta vem sendo acionada.

Para atender às novas exigências da sociedade, atualmente é imprescindível que a Extensão Rural transforme a sua prática convencional e introduza mudanças institucionais que permitam trabalhar com o grande desafio aparente: o desenvolvimento rural sustentável. Isso demanda uma nova postura institucional e um novo profissionalismo, que respeite os diferentes sistemas culturais, contribuindo para aprimorar os patamares de sustentabilidade ambiental dos agrossistemas, a conservação e recuperação dos recursos naturais, garantindo simultaneamente a produção de alimentos limpos e de qualidade, acessíveis a população (MDA,2004).



Deve-se vivenciar uma extensão rural que eleva, que promove no indivíduo a reflexão sobre as próprias identidades e realidades, e o seu papel na preservação dos recursos naturais, onde a aprendizagem é compartilhada tanto por quem ensina como por quem aprende, em uma autêntica permuta de saberes que se perpetua enquanto durarem as situações concretas de vivências práticas, inseridas na própria vida dos beneficiários e na realidade dinâmica que os fazem partilhar com os agentes de ATER as formas de ser e existir.

Portanto, a extensão rural pode ser definida como um processo educativo não formal que há mais de sessenta anos está implantada no Brasil e que deve promover através da ação pedagógica e comunicacional a melhoria da qualidade de vida das populações dos campos, através da interação com a natureza e seus agrossistemas, com outras práticas agrícolas e com a produção, com foco no desenvolvimento rural sustentável.



5. Educação Ambiental na ação extensionista

A ação extensionista como um trabalho educativo ambiental deve abranger vários elementos além de aspectos puramente ecológicos, biológicos ou práticas ambientalistas desligadas de um processo pedagógico mais amplo.

A prática extensionista deve estar interligada a um desenvolvimento sustentável, onde haja interdisciplinaridade, integrando nos programas de extensão a educação ambiental, inserindo a gestão participativa e de controle social sobre o orçamento público e a construção de metodologia e instrumentos de monitoramento para uma nova ATER.

O extensionista passa a ser um profissional, o facilitador, que deverá ter a capacidade de investigar, identificar e fazer disponíveis aos agricultores e suas famílias um conjunto de opções técnicas e não técnicas, compatíveis com as necessidades dos beneficiários e com as condições ambientais.

Um processo de intervenção de caráter educativo e transformador, baseado em metodologias de investigação-ação participante que permitam o desenvolvimento de uma prática social mediante a qual os sujeitos do processo buscam a construção e sistematização de conhecimentos que os levem a incidir conscientemente sobre a realidade, com o objetivo de alcançar um modelo de desenvolvimento socialmente equitativo e ambientalmente sustentável, adotando os princípios teóricos da Agroecologia como critério para o desenvolvimento e seleção das soluções mais adequadas e compatíveis com as condições específicas de cada agroecossistema e do sistema cultural das pessoas implicadas em seu manejo.



6- Metodologias Participativas como ferramentas de Educação Ambiental na Extensão Rural

A Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural traz como missão dos serviços públicos de Ater:

“Participar na promoção e animação de processos capazes de contribuir para a construção e execução de estratégias de desenvolvimento rural sustentável, centrado na expansão e fortalecimento da agricultura familiar e das suas organizações, por meio de metodologias educativas e participativas, integradas às dinâmicas locais, buscando viabilizar as condições para o exercício da cidadania e a melhoria da qualidade de vida da sociedade” (MDA, p.9,2004).

A PNATER aponta para o fato de que a ação extensionista deve ser pautada em cima da realidade e o conhecimento local, de forma democrática utilizando-se das metodologias participativas e uma pedagogia construtivista e humanista, ou seja, pela animação e facilitação de processos coletivos, aptos a fazer um resgate da história, conhecer problemas e determinar as prioridades, então, a partir daí planejar ações que visam sanar os problemas diagnosticados, trazendo soluções que estejam de acordo com os interesses, necessidades e possibilidades dos atores envolvidos.



O que são Metodologias Participativas?

“o emprego de métodos e técnicas que possibilitem e facilitem aos integrantes de um grupo: vivenciar seus sentimentos, percepções sobre determinados fatos ou informações: refletir sobre eles; ressignificar seus conhecimentos e valores e perceber as possibilidades de mudanças”(SILVA,2002,p.46).

“são procedimentos que permitem a participação dos envolvidos de maneira ativa, por ter um caráter mais didático” (SANTOS, 2005).

“é um conjunto de métodos com características semelhantes usados para atingir o mesmo objetivo, baseado no princípio fundamental de participação” (KUMMER,2001,p.67).

“métodos que auxiliam técnicos e extensionistas nos trabalhos com as comunidades: instrumentos de trabalho que podem contribuir para o entendimento das necessidades básicas do indivíduo ou de uma comunidade, levando em conta suas aspirações e potencialidades do conhecer e agir, buscando valorizar seus conhecimentos e sua cultura. E, na medida do possível, incorporá-las no processo de transmissão de tecnologias e aprendizado (OLIVEIRA,2015,p.33).



De acordo com Marinho e Freitas (2015,p.19) as metodologias participativas são instrumentos fundamentais para o fortalecimento da ATER e “a promoção da participação popular, com vistas na construção de novos conhecimentos necessários para sustentabilidade socioambiental”. Para que essa prática transformadora aconteça, exige-se uma atitude particular por parte tanto do extensionista como dos atores sociais envolvidos, visto que se assumem por ambas as partes um comprometimento com o processo educativo. “Para isso é necessário garantir momentos em que se ensina e se aprende o conhecimento existente e momentos em que se trabalha a produção do conhecimento ainda não existente” (RUAS,2006, p.22).

As metodologias participativas permitem que os extensionistas rurais, através de técnicas, ferramentas e métodos possam de forma dialógica e participativa conhecer a realidade e envolver toda comunidade rural na construção e reconstrução da história e do projeto de vida das comunidades rurais numa perspectiva humanista e sustentável.

As metodologias participativas podem ser usadas em diferentes etapas de um projeto de educação ambiental na extensão rural, na fase do diagnóstico é possível identificar com a comunidade quais são os problemas ambientais que os afetam e quais as possíveis soluções, no planejamento das ações é possível analisar os problemas e identificar soluções e através das ferramentas e técnicas participativas garantindo que todos participem desse processo, na fase da implementação é possível o acompanhamento das ações e se necessários fazer os ajustes e por fim a fase de avaliação do projeto.

Todas as pessoas da comunidade rural têm ideias diferentes sobre as situações vividas diariamente por eles, e tem soluções e respostas distintas para cada problema. É necessário que todos tenham a oportunidade de expressar suas ideias.



Ferramentas Participativas

Algumas ferramentas importantes para o diagnóstico rural.

<input type="radio"/>	
<input type="radio"/>	Observação participante
<input type="radio"/>	Entrevista Semiestruturada
<input type="radio"/>	Mapas e Maquetes
<input type="radio"/>	Travessia
<input type="radio"/>	Calendários
<input type="radio"/>	Diagramas
<input type="radio"/>	Matrizes
<input type="radio"/>	



Observação Participante

A observação participante permite ao técnico adquirir uma compreensão mais profunda, acerca da realidade de uma comunidade ou de uma unidade familiar, permitindo ao técnico, através de visitas ou a participação direta em algumas atividades da comunidade ou da família, adquirir informações de maneira mais oportuna e espontânea.

A observação participante não propõe mais do que andar com os "olhos abertos" e aproveitar as possibilidades de compartilhar alguns momentos do cotidiano com os agricultores.

A observação participante é uma ferramenta utilizada no início da pesquisa, é possível conhecer a realidade e criar vínculo de confiança entre o técnico/comunidade e ou técnico/agricultor.

Em geral a observação participante serve sobretudo para obter ideias e novos indicadores sobre o caminho a ser seguido com a comunidade e para adquirir informação mais detalhadas



Entrevista Semiestruturada

Através da ferramenta entrevistas semiestruturadas é possível obter informações específicas mediante um diálogo estabelecido entre técnico/agricultor ou técnico/comunidade de modo a se obter informações chaves. É possível através de 10-15 perguntas chaves, de forma clara e resumida alcançar os pontos fundamentais para o desenvolvimento do projeto. Não se trata de um interrogatório, mas de uma conversa, de um diálogo no qual já deve estar pré-determinada quais os objetivos e necessidades a serem alcançados.



Mapas e Maquetes

Os mapas são utilizados para o planejamento, discussão e análise das informações visualizadas através de desenhos construídos pela própria comunidade, é uma ferramenta que permite a visualização de diferentes informações, podendo identificar os problemas e as alternativas de soluções.

A seguir temos os diversos tipos de mapa e maquetes que poderão ser utilizados como ferramentas a depender do tipo de informação necessária.

- Mapa de recursos naturais;
- Mapa social;
- Mapa da comunidade;
- Mapa de propriedade;
- Mapa de fluxos econômicos;
- Mapa de migração;
- Mapa da situação futura;
- Mapa de serviços e oportunidades;
- Mapa de recursos naturais e uso da terra;
- Mapa de acesso a recursos naturais;



Travessia

É um percurso realizado na propriedade ou na comunidade, por meio de uma caminhada linear, percorrendo um espaço com várias áreas de usos e diversos recursos. É possível obter informações sobre recursos naturais, moradias, características do solo etc. Pode ser muito fácil para que os agricultores possam expressar o que sabem sobre o meio ambiente e os recursos naturais disponíveis, pode completar as informações de outras ferramentas como por exemplo os mapas.

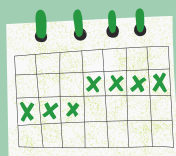


Calendários

Os calendários são ferramentas relacionadas ao tempo, são particularmente úteis para ilustrar relação entre diferentes atividades e mudanças climáticas. Permitem desenhar intervenções e planejar ações mais adequadas. Podem ter como parâmetros períodos de chuvas, tempo de cultivo, tempo de colheita, disponibilidade e demanda de mão de obras, incidência de pragas, visitas de extensionistas, eventos sociais entre outros.

Os tipos de calendários que podem ser utilizados como ferramentas participativas:

- Calendário agrícola;
- Calendário de atividades;
- Calendário sazonal;
- Calendário histórico;

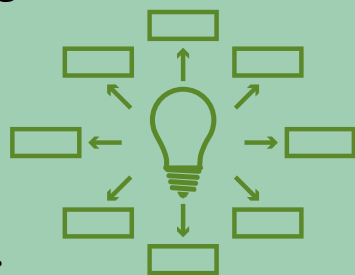


Diagramas

Através dos diagramas é possível identificar problemas mais complexos de maneira acessível, podem ser vistos as relações causa-efeito, relações interinstitucionais, comerciais, produção, além de verificar juntos aos moradores mais antigos da comunidade as mudanças que tem acontecido com os recursos naturais, mudanças climáticas, vegetação, para ajudar a entender os problemas ambientais atuais.

Aqui destacamos os seguintes diagramas:

- Árvores dos problemas;
- Diagrama de venn;
- Fluxograma comercial;
- Fluxograma de produção;
- Diagrama de bacias hidrográficas;
- Diagrama histórico de recursos naturais;



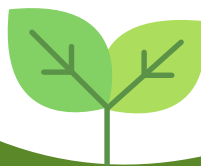
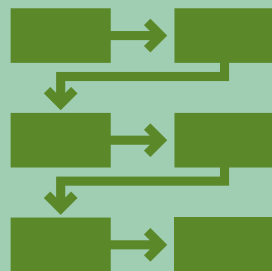
Matrizes



As matrizes são um ponto de partida para a determinação de objetivos, a identificação e priorização de problemas. As matrizes são uma representação gráfica do planejamento, que deve ser claro para todos, e que deve servir de base para a continuidade e evolução do projeto. Em qualquer tipo de projeto é necessário identificar todos os recursos necessários para se alcançar os objetivos. O princípio das matrizes é simples e deve ter a participação de todos na escolha do local, determinação dos recursos, objetivos e metas. A matriz se trata de um processo de tomada de decisão a partir das informações obtidas.

Aqui destacamos as principais matrizes:

- Matriz de comercialização;
- Matriz e camadas sociais;
- Matriz de organização comunitária;
- Matriz de priorização de problemas;
- Matriz de hierarquização de problemas por pares;
- Matriz de plano de ação;
- Matriz de necessidade e disponibilidade de recursos;
- Matriz de responsabilidades;
- Matriz de evolução de recursos
- Matriz de análise de conflitos;



Referências

BRASIL. Lei nº 9795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a Educação Ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 28 abr. 1999.

BRASIL. Lei nº 14.393, de 4 de julho de 2022. Altera a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que dispõe sobre a Política Nacional de Educação Ambiental, para instituir a Campanha Junho Verde. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 04 jul. 2022.

CRUZ, Danilo Uzêda; UZÊDA, Lilian F.F. Extensão Rural no Brasil: percursos, metodologias e desafios. Camaçari, BA: Pinaúna Editora, 2020.

FONSECA, Maria Aldete; FLORENTINO, Alineaurea; BIANCHINI, Paola Cortez. Ferramentas participativas para seleção de variedades com agricultores familiares. Extramuros, Petrolina-PE, v.5, n.2, p.125-137, 2017.

KUMMER, Lydia. Metodologia participativa no meio rural: uma visão interdisciplinar. conceitos, ferramenta e vivências. 155p. Salvador: GTZ, 2007

MARINHO, Cristiane Moraes; FREITAS, Helder Ribeiro. Utilização de Metodologias Participativas nos processos de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER): Fundamentos teórico-práticos. Extramuros, Petrolina-PE, v. 3, n. 3, p. 10-28, edição especial, 2015

MDA. Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural: Versão Final: 25/05/2004. Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Secretaria de Agricultura Familiar (SAF), Grupo de Trabalho Ater, 2004, 22p.

RUAS, Elma Dias et al. Metodologia Participativa de extensão rural para o desenvolvimento sustentável-MEXPAR. Belo Horizonte, 2006. 134p.

SANTOS, A. D. dos. (Org.). Metodologias participativas: caminhos para o fortalecimento de espaços públicos socioambientais. São Paulo: Peirópolis, 2005.

SAVIANI, Dermeval. Pedagogia Histórico-crítica: primeiras aproximações. 3 ed. São Paulo: Cortez. Autores Associados, 1992.

SILVA, Rosalina Carvalho da. Metodologias participativas para trabalhos de promoção de saúde e cidadania. São Paulo: Vetor, 2002.

VERDEJO, Miguel Expósito. Diagnóstico Rural Participativo: guia prático DRP. Brasília: MDA/Secretaria de agricultura Familiar, 2007.



